








## Editorial

  **Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega**  
Editora Chefe  
mariacristinavidotte@ufg.br

  **Thiago Henrique Costa Silva**  
Editor Adjunto  
thiagohcs@discente.ufg.br

  **Adenevaldo Teles Junior**  
Equipe Editorial  
adenevaldo.teles@discente.ufg.br

 **Adriano Emerson Oliveira Vasconcelos**  
Equipe Editorial  
adriano\_vasconcelos@discente.ufg.br

  **Leandro Campêlo de Moraes**  
Equipe Editorial  
campelomoraes@discente.ufg.br

 **Marilia Araujo Caixeta**  
Equipe Editorial  
marilia.caixeta27@gmail.com

A Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário, visa contribuir para a difusão de conhecimento, oferecendo aos leitores textos variados de intelectuais brasileiros e estrangeiros, com o intuito de divulgar reflexões e o resultado de pesquisas.

O periódico prestigia textos críticos da realidade e propositivos da transformação social. Como deve ser, mantém um espaço destinado ao estudo do Direito Agrário, campo por excelência de sua gênese. Em cada número, entretanto, privilegia-se outras áreas do conhecimento, mantendo estudos sobre teoria e filosofia do Direito e Direito Socioambiental.

## Editorial

Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega • Thiago Henrique Costa Silva • Adenevaldo Teles Junior • Adriano Emerson Oliveira Vasconcelos • Leandro Campêlo de Moraes • Marília Araujo Caixeta

No presente número são apresentados artigos que discutem variados temas vinculados ao Direito Agrário e ao Direito Socioambiental, bem como textos que questionam a ordem estrutural do Estado e da justiça, na promoção de direitos sociais, assim como trabalhos que discutem sobre a realidade política, social e jurídica dos países latino-americanos.

As questões envolvendo o direito à moradia, por meio da usucapião em áreas de proteção ambiental, são abordadas por Vladimir Passos Freitas, Amanda Amorim Maciel e Mariana Almeida Passos de Freitas, que chamam a atenção para a crescente migração de populações do campo para a cidade.

O tema da segurança alimentar é trabalhado por Mariagrazia Alabrese, que apresenta estudo sobre o combate à fome e o papel do comércio da agricultura dentro do sistema multilateral de comércio, a partir de definições de segurança alimentar da Organização Mundial do Comércio (OMC) e da Organização das Nações Unidas para a Alimentação (FAO).

Oito artigos abordam temas referentes ao Direito Socioambiental.

A produção camponesa de alimentos baseada no sistema agroecológico é debatida por Thais Giselle Diniz Santos, Flavia Donini Rossito e Carlos Frederico Marés de Souza Filho, que apontam esse modelo como caminho alternativo e sustentável para a preservação da biodiversidade.

O tema da sustentabilidade é também explorado no artigo de Tatiana de A. F. R. Cardoso Squeff, que agrega à discussão a noção de desenvolvimento e consumo por meio da certificação ambiental, tida como uma ferramenta positiva para ressignificar a utilização dos elementos naturais.

A ampliação do acesso à informação ambiental é discutida por Luciane Klein Vieira e Victória Maria Frainer, que analisam a medida como forma de favorecer o alcance do consumo sustentável a partir da observação da experiência jurídica europeia.

## Editorial

Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega • Thiago Henrique Costa Silva • Adenevaldo Teles Junior • Adriano Emerson Oliveira Vasconcelos • Leandro Campêlo de Moraes • Marília Araujo Caixeta

Ainda dentro da discussão ambiental no continente europeu, Flavia Trentini explora o modelo meta-standard de implementação da sustentabilidade, adotado como mecanismo para efetivação do desenvolvimento sustentável baseada na tríade: ambiental, social e econômica.

O comportamento antropogênico, isto é, aquele em que o ser humano é colocado acima do meio ambiente, é examinado por Flavia Piva Almeida Leite e Rafael Tocantins Maltez, que repercutem os desastres tecnológicos e suas consequências no âmbito jurídico.

Em conexão com o tema anterior, Gustavo Silveira Borges e Marina Moura Lisboa Carneiro de Farias Carvalho abordam a base conceitual, política e jurídica dos direitos da natureza, presentes na Constituição do Equador que estabelece a concepção do *“Buen Vivir”* e o paradigma centrado no ecocentrismo.

As interfaces da questão territorial indígena e a nova tutela socioambiental no novo constitucionalismo latino-americano são suscitadas por Cleide Calgaro, Diego Coimbra e Martiane Jaques La Flor, que reforçam a importância da demarcação das terras indígenas no Brasil.

Em análise sobre a dispersão do território tradicional Panambi Lagoa Rica, dos Guarani-Kaiowá em Mato Grosso do Sul, Julia Thais Moraes e Silvia Dettmer Araujo demonstram como o processo histórico de intervenção e omissão estatal tem contribuído para a descaracterização dos laços territoriais da população indígena.

Dando seguimento, os pressupostos da democracia brasileira são pensados por Marcus Firmino Santiago, a partir do paradigma do Estado Democrático de Direito, que se consolida no país com a última fase do constitucionalismo para averiguar o contexto democrático nacional no início do século XXI, marcado por crises e violações a direitos fundamentais.

As contradições em torno da construção histórica do conceito de defesa social são destrinchadas por Bartira Macedo Miranda e Franciele Silva Cardoso, que evidenciam como essa discussão foi

## Editorial

Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega • Thiago Henrique Costa Silva • Adenevaldo Teles Junior • Adriano Emerson Oliveira Vasconcelos • Leandro Campêlo de Moraes • Marília Araujo Caixeta

sendo gradativamente incorporada à noção do direito penal do autor, que etiqueta criminosos como inimigos da sociedade que precisam ser combatidos, justificando-se toda sorte de violações dos direitos humanos.

A crise de representatividade política é apreendida por Gerardo Clésio Maia Arruda, que explica e problematiza a forma como o poder político forma teias indissolúveis nas relações sociais, com base na teoria de Max Weber. Para tanto, o autor apresenta as metamorfoses econômicas e políticas dos Estados-nações ao longo da história.

O fenômeno dos eventos de “Tangentopoli”, na Itália, é analisado por Sandra Regina Martini, sob o viés teórico de Niklas Luhmann, para enquadrar os conceitos de “corrupção sistêmica” e “violência sistêmica” a partir do exame da corrupção e violência sistêmica que ocorre no país europeu.

A morosidade do Poder Judiciário brasileiro, no âmbito da Fazenda Pública, é enfrentada por Bruno Bastos de Oliveira, Maria das Graças Macena Dias de Oliveira e Valter Moura do Carmo que apontam, como suspeita da vagarosidade, a imposição da supremacia do interesse público, sendo necessária uma nova racionalidade jurídica, em que os interesses públicos e privados sejam conexos.

No contexto do direito internacional, Daniel Cieza destaca o ressurgimento de governos conservadores na América Latina e como a reconfiguração do capital na Argentina motivou o surgimento de máfias que passaram a atuar de forma transnacional.

Ainda voltado para a Argentina, Claudia E. Zalazar e Sofia Puccio propõem reflexões sobre o direito à saúde para os pacientes de saúde mental, que são mais vulneráveis e sofrem de dupla vulnerabilidade, uma em razão da própria condição de saúde mental e, em segundo, por ser a parte mais fraca da relação jurídica.

As políticas públicas sobre aborto no Uruguai e Brasil são tema do texto de Débora Karina Gonçalves Vaserino e Patrícia Borba Marchetto, que investigam atos normativos e ações judiciais que

## Editorial

Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega • Thiago Henrique Costa Silva • Adenevaldo Teles Junior • Adriano Emerson Oliveira Vasconcelos • Leandro Campêlo de Moraes • Marília Araujo Caixeta

tem como objeto a descriminalização do aborto no Brasil. Além disso, expõem a experiência política do Uruguai sobre o tema.

As oportunidades proporcionadas pela economia digital em Cuba são estudadas por Yarina Amoroso Fernández que enxerga, nesse caso, uma importante experiência, que demonstra como os canais digitais podem reformular o desenvolvimento econômico e empresarial.

O direito à moradia de famílias vulneráveis na Espanha é abordado por Salvador Morales Ferrer, que discute a questão da relação jurídica estabelecida entre locador e locatário, a partir do decreto-lei espanhol nº 7/2019.

A situação dos povos marrom na França, os Bonis, equiparados no Brasil aos povos quilombolas, é debatida por Yerri Urban, que realiza uma abordagem histórica sobre como os Bonis estabeleceram um vínculo com a França após serem alforriados pela colônia da Holanda e da França, mesmo após a abolição da escravidão em 1860.

O critério de autodeclaração étnico-racial é explorado por Dimas Pereira Duarte Júnior, que promove uma leitura crítica dessa política pública de igualdade racial, e que identifica a forma como a medida é recebida diante da pauta racial e o seu impacto nas diferentes dimensões da esfera social.

O processo de globalização do modelo de sociedade moderna é avaliado por Leilane Serratine Grubba e Matheus Figueiredo Nunes de Souza, que evidenciam a crescente reivindicação pela ruptura paradigmática com esse sistema, mediante a insatisfatória realização dos direitos humanos.

O mecanismo jurídico-político da imunidade parlamentar, concebida pela Constituição Federal de 1988, é tema do artigo de Fabricio Veiga Costa e Alisson Alves Pinto, que problematizam os limites do instituto quando serve para acobertar discursos de ódio, que violam o direito à diferença e atacam os direitos de minorias políticas.

## Editorial

Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega • Thiago Henrique Costa Silva • Adenevaldo Teles Junior • Adriano Emerson Oliveira Vasconcelos • Leandro Campêlo de Moraes • Marília Araujo Caixeta

A conjuntura do sistema prisional brasileiro é exposta por André Pereira Crespo e Marcelo Dias Varela, que abordam e problematizam o atual estado de coisa inconstitucional, em que se verifica a massiva violação de direitos fundamentais nos presídios, causados pela letargia dos poderes do Estado.

Sobre as relações sociais na esfera do direito do trabalho, Anabella Pavão da Silva e Neide Aparecida de Souza Leheld demonstram como e porque o jovem trabalhador brasileiro vem sendo concebido como mercadoria substituível e inesgotável.

Ainda na perspectiva das relações trabalhistas, Gustavo Seferian realiza uma investigação histórica sobre a aplicação do direito do trabalho no Brasil, e como os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras vêm sendo alvo de narrativa que precariza as relações e as condições de trabalho.

Quatro artigos tratam sobre a tecnologia e o mundo digital.

O processo judicial eletrônico e a preocupação com a sustentabilidade são abordados por Fernanda Netto Estanislau e Magno Frederici Gomes, que relacionam a medida com o direito ao desenvolvimento, a existência da boa-governança e a proteção dos direitos fundamentais.

A utilização dos mecanismos digitais para solução de conflitos judiciais é objeto de pesquisa de Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini e Rafael Tomaz de Oliveira, que demonstram como o espaço digital resolveu problemas geográficos e financeiros, contribuindo para a consolidação do pluralismo jurídico.

A ausência de legislação sobre nanotecnologia no Brasil é destacada por Loreci Gottschalk Nolasco e Nivaldo dos Santos, que enfatizam a importância da integração de atos normativos para tratar dos conflitos envolvendo a temática por analogia.

Por fim, Sebastião Sérgio da Silveira e Edilon Volpi Peres verificam como a cidadania digital dos consumidores se expande nas redes sociais, criando um espaço de fornecimento de serviços sem legislação específica, e que, portanto, passa a ser submetida à legislação consumerista.

## Editorial

Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega • Thiago Henrique Costa Silva • Adenevaldo Teles Junior •  
Adriano Emerson Oliveira Vasconcelos • Leandro Campêlo de Moraes • Marília Araujo Caixeta

Assim, com o apoio dos autores dos textos eleitos para o presente número, a Revista da Faculdade de Direito da UFG pretende efetivar a contribuição para o alargamento do campo dos estudos jurídicos contemporâneos.

Uma boa leitura a todos e todas!  
Os editores.